



S. Miguel d’Acha e a sua História

Manuel Alberto Ruivo

II — Após a Reconquista

Contexto histórico e os Templários



Durante o período da Reconquista, Idanha-a-Velha conhece, novamente, a insegurança. Foi, durante esta época que os bispos egitanienses saíram para a Guarda (...).” (Landeiro, 1940:91-92). Acabada a tarefa da Reconquista, incrementa-se o repovoamento. A unificação do território vai favorecer as populações e as suas atividades económicas. Borges Coelho (1972, Ibne Saíde, pp. 85-86), diz-nos que, “as comunidades agropecuárias, intimamente ligadas ao solo e à paisagem que as rodeia, exploram, desde sempre, os recursos naturais e constituíram os seus núcleos de povoamento rural. Durante os cinco séculos da ocupação islâmica houve uma grande evolução deste. A partir dos séculos X e XI os povoados têm grande fluxo migratório e conseqüente aumento da atividade económica” (como citado em Catarino, 1998:82-83). Em diferentes áreas, houve avanços na agricultura com novas técnicas de irrigação e conseqüente desenvolvimento comercial. Estas inovações foram cruciais para a revitalização da economia em várias regiões. As dinâmicas deste crescimento populacional, impulsionado pelos fluxos migratórios e pelo aumento da atividade económica, estariam também presentes em S. Miguel de Acha à entrada do século XIII.

Após a conquista cristã da região, a velha Egitânia perdeu importância estratégica e administrativa para Idanha-a-Nova, que recebeu carta de

foral em 1206 de D. Sancho I (1185-1211). Os Templários, aos quais foram confiadas vastas terras na Beira Interior, incluíram várias localidades próximas de S. Miguel d’Acha sob sua proteção. Mário Barroca (2001) recorda que a presença dos Templários prolongou-se em Portugal por perto de duzentos anos, desde 1128 até à extinção da Ordem em 1312, e revestiu-se de uma importância que só agora começa a ser conhecida e devidamente valorizada. Na realidade, a Ordem do Templo continua a ser a menos estudada de todas as ordens militares que atuaram no território português. Isto apesar de ter sido uma das primeiras a surgir no reino (juntamente com a Ordem do Hospital) e de ter sido detentora de um considerável património militar (pp. 213-214). Por meio de duas inscrições encontradas no Castelo de Almourol em 1171, sabemos que entre os anos de 1169 e 1171 os Templários tinham realizado obras nos castelos de Idanha-a-Velha e Monsanto, tudo castelos que tinham chegado à posse da Ordem num passado recente. Os dois castelos na margem zona Leste do reino, a Norte do Tejo, tinham sido doados por D. Afonso Henriques em 30 de Novembro de 1165. (Idem:222).

Firmino Crespo menciona o facto de no reinado de D. Sancho I (1185-1211), em 1187, ser erguido em Idanha-a-Nova um castelo pela Ordem dos Templários e no ano de 1201 este rei atribuiu-lhe foral. Proença-a-Velha, em 1218, recebeu foral de D. Pedro Alvites, mestre da Ordem dos Templários, em carta concedida com o beneplácito de D. Afonso II (1211-1223), que até esta data tinha pertencido a Idanha-a-Velha, antiga Egitânia. Em 1229, D. Sancho II (1223-1248) dá

foral a Idanha-a-Velha, onde reafirma que se proceda ao seu repovoamento, marcando-lhe os limites. Durante o reinado de D. Sancho II, a política de doação de terras a ordens militares (Templários e Hospitalários) fortaleceu a colonização e desenvolvimento das regiões interiores. Entre os séculos XII e XIV, a partir de D. Afonso II (1211-1223), a centralização do poder régio foi reforçada, enquanto limitava os abusos e a expansão do poder senhorial, através de medidas como as Confirmações, Inquirições gerais e as Leis de Desamortização. Em 1254, nas Cortes de Leiria, reinado de Afonso III (1248-1279), pela primeira vez homens bons estão presentes em representação do povo. O reinado de D. Dinis (1279-1325) continuou a exercer essa centralização administrativa ao mesmo tempo que encetava uma reorganização das terras da coroa.

Nesse contexto, S. Miguel de Acha teria funcionado como uma pequena aldeia de apoio, dependente de rotas agrícolas e religiosas ligadas às vilas maiores. Entre o século XIII e XV, embora a documentação sobre S. Miguel seja escassa, pensamos que estaria organizada de acordo com o modelo das aldeias mais próximas, constituídas por comunidades essencialmente dependentes da agricultura. Os camponeses e pequenos proprietários rurais teriam vivido em função de um modelo agrícola feudal, onde rendiam (cediam) parte da produção a um senhor local ou às ordens religiosas que administravam a terra. A economia local baseava-se em atividades como o cultivo de cereais, a criação de gado e a produção de azeite e vinho. A estrutura social da aldeia de S. Miguel d'Acha, tal como nas localidades vizinhas, era composta por pequenos proprietários agrícolas, rendeiros, artesãos e trabalhadores rurais, todos sob a influência de uma elite local ou de senhores de terras. A maior parte da produção agrícola destinava-se ao pagamento de tributos ou ao comércio regional e a feiras.

As feiras desempenhavam um papel essencial como pontos de encontro económico, onde os excedentes agrícolas eram vendidos ou trocados por outros bens, promovendo a circulação de mercadorias e a integração económica regional. A organização social era moldada pelo sistema de forais e pelas estruturas feudais vigentes. Daí sermos levados a pensar que os seus habitantes inseriam-se nesse contexto, tendo laços económicos e culturais com as localidades mais próximas. O objetivo era aliar a subsistência ao cumprimento de obrigações e a integração com outras comunidades. A sua população, como costume da época, organizava-se em torno de uma pequena estrutura

religiosa, igreja local, dedicada a São Miguel, seu Arcanjo protetor

A evolução social e a ligação religiosa

O crescimento populacional de S. Miguel de Acha parece ter ocorrido de forma gradual, sustentada e alicerçada nas tradições locais e numa forte ligação à religião. Festividades religiosas, como as dedicadas a São Miguel Arcanjo, São Bartolomeu, São Sebastião e Santo António, teriam desempenhado um papel central na organização da vida comunitária, reforçando a identidade coletiva. A nível arquitetónico não são visíveis nem percecionadas influências das ordens religiosas. Paralelamente, o relativo isolamento geográfico contribuiu para a preservação de práticas e costumes que, em muitos casos, remontariam à alta idade média. Estas tradições, transmitidas oralmente ao longo dos séculos, foram parcialmente recuperadas através do estudo de manifestações culturais e sociais da região, destacando a continuidade entre passado e presente. Toda a documentação existente tem referências abundantes sobre a Igreja de S. Miguel de Acha. A informação centraliza-se, como costume da época, à volta da religião cristã, através de Visitas pastorais e das Comendas.

O clero ocupava o topo da sociedade feudal. Cuidava da vida espiritual da sociedade. Os seus membros eram vistos como os únicos que podiam manter uma relação entre Deus e os homens. Uma boa parte dos seus membros vinham da nobreza. A apresentação das igrejas era sempre feita ao rei. Assim, em 1312 dá-se a apresentação da Igreja de São Miguel de Acha, Bispado da Guarda, diocese da Egitânia, ao Rei D. Dinis, dirigida a todos os paroquianos e governadores da mesma Igreja e a todos os outros que tenham alguma obrigação com a mesma, sobre a decisão favorável da Sede Apostólica, papado de Clemente V, da petição de *Lourenço Martins, clérigo da diocese de Lisboa*, apresentada por este àquela.

Esta foi submetida à Santa Sé quando o sacerdote se apresentou canonicamente à Igreja vacante de São Miguel de Acha, da diocese de Egitânia, pelo verdadeiro patrono desta Igreja, Valasco, bispo da diocese egitaniense (na cidade da Guarda), de boa memória, sendo que a mesma se deve à recusa daquele bispo em admiti-lo, injustamente, naquela Igreja. Posteriormente, o padre Lourenço Martins foi apresentado, por Fernando Pedro, cónego de Egitânia, juiz subdelegado, como clérigo

idóneo e digno para obter o benefício eclesiástico, sendo de louvável conversação e vida, pela sua autoridade e Reitor da dita Igreja de São Miguel de Acha, confiando-lhe plenamente a cura e o governo da mesma Igreja nos assuntos espirituais e temporais (1).

Em 1320, 23 maio, nova referência com a “bula do Papa João XXII concedendo a D. Dinis, por três anos, para subsídio de guerra contra os mouros, a décima de todas as rendas eclesiásticas do reino, sendo a igreja de Proença-a-Velha taxada em 223 libras com a Capela de São Miguel de Acha; integra o termo de Monsanto e o bispado da Guarda”. (Costa, 2002).

Visitações à Igreja de S. Miguel de Acha

Para além da apresentação das igrejas, existiam as «Visitações». Tratava-se da realização de visitas pastorais aos edifícios religiosos que a partir do século XIV passaram a ser efetuadas pelo Mestrado da Ordem de Cristo. Eram uma atividade regular dos bispos ou visitantes escolhidos por eles, para fiscalizar o estado material, religioso e moral das paróquias sob sua jurisdição, aos seus habitantes e aos membros do clero local. Nelas se efetuava o controle, entre outros, dos bens das igrejas: objetos de culto e a investigação da condição dos edifícios.

De acordo com Paula Costa, a finalidade destes inquéritos, era identificar bens patrimoniais e hábitos comportamentais, sobretudo de natureza religiosa, no sentido de corrigir procedimentos e gerir bens e direitos de forma mais eficiente no quadro das suas complexas estruturas orgânicas. Os ‘visitadores’ averiguavam a atuação do comendador sobre a legalidade da posse do hábito e da comenda, a sua presença ou ausência do núcleo patrimonial, bem como o estado dos bens que lhe estavam atribuídos (2012:407).

Em 1505 (outubro), a visitação é feita perante o capelão Jorge Alvares – clérigo com carta de cura do bispo da Guarda, apresentado pelo comendador –, “é dito que a igreja é de pouca qualidade (...) Tem dois altares dedicados [a] Santa Maria Madalena e São Bartolomeu. Tem junto ao altar, imagens de vulto de Nossa Senhora e Santo António. Mas a igreja ainda tem imaginária de um Calvário – composto de Cristo na cruz, a Virgem e São João – de vulto, que são classificadas de velhas (...). Os visitantes fazem diversos reparos ao edifício; entre as determinações comunica-

das ao Comendador, que nesta data é frei D. Carlos, cavaleiro da Ordem de Cristo, é a obrigação deste reparar a capela-mor. A seguir são referidas a necessidade de novas vestes litúrgicas e reparações a efetuar pelo Comendador e os fregueses da Igreja, fixando o prazo de um ano para as obras, até à Páscoa de 1506”(2).

Em 1536, foi efetuada uma segunda visitação, realizada por frei António de Lisboa, a igreja de São Miguel de Acha tinha como comendador D. Pedro de Mascarenhas. “A igreja, com alpendre, tinha na fachada, do lado do Evangelho, um campanário de boa qualidade e sino de bom tamanho. O edifício tinha nove varas de comprimento e cinco de largo (3). Na parede do arco triunfal existiam antigas pinturas e altares, forrados de ladrilho, são dedicados a São Sebastião e São Tomé, tudo bastante degradado e velhos e cousas pera nom estar em altar”(4).

Entre os anos de 1563-1564, no título das comendas da Ordem de Cristo, voltamos a ter a confirmação de que a igreja de São Miguel de Acha... conjuntamente com a igreja da Aldeia de Santa Margarida, ambas arroladas no património da Ordem de Cristo.. são anexas à “igr^a de sancta maria da villa de proença”(5).

As comendas 1505

A origem das comendas, de forma genérica, esteve relacionada sobretudo com as necessidades do foro administrativo e com as exigências da gestão de um património vasto e disperso. De forma geral, as Ordens militares foram chamadas a combater, a povoar e administrar economicamente os espaços que controlavam e a enquadrar a nível civil e religioso a população que neles habitava. O território que controlavam era dividido em núcleos para facilitar a sua gestão, que eram designados por comendas (Costa, 2010:11).

Na descrição de António Hespanha (2000:97) “Estavam atribuídos em comendas os benefícios, jurisdições e rendas das ordens militares. Com a integração dos mestrados das Ordens na Coroa, esta torna-se padroeira destas comendas. O rei, como mestre, apresenta a comenda (que não é um benefício) e o comendador apresenta um vigário perpétuo ou reitor que provê os benefícios. Aí, os comendadores repartiam com os curas (ou vigários perpétuos) os réditos eclesiásticos, de acordo com o disposto na carta de concessão (Osório, 1736, p.90, n. 2). Frequentemente,

os comendadores tinham frutos das igrejas e os vigários as suas porções (como citado em Amal, 1610, v. 'Beneficium', n. 11)". As Ordens Militares implementaram um sistema de inquéritos nos primórdios da sua existência que mantiveram ao longo de toda a Idade Média, perdurando ainda durante o Antigo Regime. (6)

Comendas de Proença-a-Velha e de S. Miguel de Acha em 1505

Na lista de bens e direitos que a dita comenda tem em S. Miguel de Acha, refere que esta aldeia está "(...) situada no termo da Vila de Proença, onde se encontra uma igreja sob a invocação de São Miguel, amplamente referida no processo das visitas. Tem a dita Ordem no dito lugar umas casas novas (...)". Após o que seguem as descrições de lugares, casas, terrenos e anexos da povoação, onde constam termos como, *uma casa no lugar que se chama hoje paço, sobre a construção da mesma é dito que esta tem as paredes de pedra e barro mal madeirada e coberta de cortiça e ainda menciona a estrada que vai para Castelo Branco e a Ribeira da Presa*. Outra casa que tem "(...) dentro um forno e estrebaria, e leva dez varas de longo e cinco de largo e as trás Afonso Pirez é morador que as fez de novo sem título e que paga de foro em cada ano meio de alqueire de trigo e um frangam [frango] pelo Natal".

Constam ainda os nomes de pequenos proprietários de terrenos denominados como 'chão' de Pero Anes, Leonor Afonso, Fernam Roiz e João Gonçalves Lameira, todos moradores no dito lugar. E junto ao caminho de Proença, "(...) tem um chão que parte de levante com vinha de Fernando Anes e ao poente com chão de filhos de Fernando Anes e ao sul com chão de Francisco Alvarez todos moradores no dito lugar e ao norte com o dito caminho de Proença e o traz Fernam Roiz e morador sem título, de que não paga nada". (Hormigo, 1980).

Numa outra visita antiga da comenda, "(...) se achou uma clausula que diz assim: Este lugar de S. Miguel e Acha é todo/foreiros (7) à Ordem. Outrosim qualquer morador que trouxer casal inteiro no dito lugar paga à Ordem um almude de trigo e um capam [galo capão] por dia de Natal de foro. Os juizes das ditas aldeias [S. Miguel e Aldeia Sta. Margarida] ouvem os feitos cíveis e dão neles sentenças"(8). Os juizes locais podiam prender pessoas com base nas queixas que recebiam, entregando os detidos ao comendador ou ao seu representante. Em seguida, estes devolviam os presos aos juizes da vila. Os moradores da aldeia estabeleciam e ajusta-

vam medidas de penalização sobre os bens e terras dos detidos, arrendavam-nos e o valor arrecadado pertencia à aldeia.

O comendador recebia as "lutuosas" (imposto pago aquando da morte de cada foreiro) das aldeias. Os juizes fiscalizam os limites de cada povoação, aplicavam multas, e impunham sanções a quem cortava ramos, árvores ou vinhas de forma irregular. O comendador ou seu representante também administrava o juramento dos juizes de São Miguel d'Acha quando estes *assumem seus cargos*. Numa vistoria realizada pelos visitantes, foi solicitado aos moradores de São Miguel d'Acha que confirmassem se os costumes tidos como legais eram praticados. Eles responderam afirmativamente que sim, e que esses costumes eram respeitados até então.

Quando questionados sobre as 'lutuosas', os moradores juraram que não sabiam o que era essa taxa, nunca a pagaram nem ouviram falar de antepassados que a tivessem pago. *Diante disso, com base no juramento e outras evidências*, concluiu-se que, desde tempos imemoriais, tal cobrança não era realizada. Assim, ficou decidido que a prática de não pagar as 'lutuosas' deveria continuar e ninguém poderia ser forçado a pagá-las. (Hormigo, 1980 *in* Comendas de 1505 de Proença-a-Velha e S. Miguel d'Acha).

As Ordens Religiosas e o desenvolvimento local

As Ordens estabeleceram um sistema de organização que fomentava a agricultura e a construção de infraestruturas nas localidades sobre o seu foro. S. Miguel de Acha beneficiou dessa rede, dada a sua proximidade com as áreas onde estes estavam instalados, sendo que as mesmas tinham comenda, conjunto de bens e benefícios, nesta localidade.

A Ordem do Templo e posteriormente a Ordem de Cristo, que a substituiu, tiveram um papel central na organização do território. Ao receberem vastas terras e privilégios, estruturaram o espaço rural em torno de igrejas, mosteiros e comendas. Isso influenciou localidades como S. Miguel de Acha, beneficiando da segurança e da organização territorial promovidas por elas. Fomentaram uma cultura fortemente enraizada na fé cristã. Festividades religiosas, práticas comunitárias e valores morais moldaram a identidade das localidades. S. Miguel de Acha também usufruiu dessas dinâmicas, assimilando os elementos dessas tradições, que ainda hoje mantêm presença na cultura local.

Destaca-se ainda a sua preponderância na gestão de vastos recursos agrícolas, atuando como impulsionadoras de inovações no setor. Introduziram novas técnicas de cultivo, que não só modernizaram as

as práticas agrícolas, mas também estimularam a produção de novos bens. Essas mudanças geraram dinâmicas significativas, promovendo um forte crescimento na comercialização de produtos inovadores e diversificados, consolidando a economia agrícola e ampliando a sua integração em mercados regionais. São Miguel de Acha não foi exceção, beneficiando igualmente das novas dinâmicas introduzidas e integrando-se de forma ativa nas redes comerciais da região

A sua ação estendeu-se também ao ensino, contribuindo para a alfabetização e a disseminação de saberes através de mosteiros e igrejas. S. Miguel de Acha, ainda que sem a preponderância dos grandes núcleos templários, teria obviamente beneficiado destas ações, ainda que de forma menos intensiva, com o ensino rudimentar, práticas devocionais e disseminação de textos religiosos. Destaca-se igualmente a importância das ordens na defesa das populações em períodos de instabilidade social, através de disputas internas ou na administração da justiça aquando de querelas.

Em resumo, podemos dizer que a Igreja Católica exerceu uma influência política e social substancial durante toda a Idade Média. Mediou conflitos, coroou reis e imperadores e promoveu alianças políticas. Nas referências sobre as Visitações à Igreja de S. Miguel d'Acha, sob a invocação do Arcanjo S. Miguel, fica explícita a sua integração no sistema feudal e religioso organizado pelas ordens religiosas e militares da época. Ao beneficiar dessa ligação, embora fosse uma pequena localidade, integrou-se nas redes político-religiosas desse tempo, que contribuíram para o seu desenvolvimento cultural e social. Esta interligação das ordens com as localidades onde estavam instaladas, tiveram um impacto importante na sua configuração no período medieval e moderno.

As crises do reino nos finais dos séculos XIV e XVI

D. João I, a crise de 1383 e a transição socioeconómica

A crise de sucessão de 1383-1385 foi um marco decisivo na história de Portugal, mas o impacto desse período não se distribuiu de forma uniforme pelo reino. Nas aldeias do interior, como S. Miguel de Acha, a distância do epicentro dos

conflitos — maioritariamente centrados em Lisboa e nas cidades costeiras — resultou numa experiência distinta. A autossuficiência agrícola destas localidades e a forte estrutura comunitária permitiram que os efeitos diretos, tanto políticos como económicos, fossem menos sentidos. No entanto, a época não foi isenta de transformações subtis, mas profundas, no panorama cultural e social. Alterações que já estavam expostas desde o início do século XIV. Após a extinção dos Templários em 1312 e a criação da Ordem de Cristo em 1319, já sob maior influência do poder régio (9), resultou uma redistribuição significativa de poder e recursos, especialmente em territórios anteriormente controlados pela Ordem do Templo.

Grande parte das terras ocupadas pela Ordem, foram concedidas a novos fidalgos e outras integradas na administração régia, modificando profundamente as dinâmicas do poder local. Em localidades próximas de S. Miguel de Acha, que anteriormente desfrutavam de maior autonomia sob as ordens militares, a transição para um controlo régio direto acabou igualmente por ter alterações significativas, mormente nas mudanças de organização e gestão territorial. É provável que esse novo enquadramento tenha influenciado igualmente o modo como S. Miguel de Acha ajustou as suas relações com a autoridade central.

Aliada a esta conjuntura, o final do século XIV marca um momento de transição para as populações rurais. Embora as aldeias do interior tenham permanecido relativamente estáveis, a mobilidade social e geográfica começou a aumentar. A busca por melhores condições de vida levou muitas pessoas a migrarem para cidades maiores, onde as oportunidades eram percebidas como mais amplas, especialmente no contexto de um reino que começava a recuperar das incertezas da crise sucessória.

Apesar de uma relativa estabilidade, culturalmente, este período teve um desenvolvimento significativo. As regiões do interior não ficaram imunes às influências externas trazidas por viajantes, clérigos e administradores régios. Em localidades como S. Miguel de Acha, as tradições coletivas podem ter sido reforçadas, funcionando como elementos de coesão social num período de mudança. Este equilíbrio entre o novo e o antigo moldou gradualmente a identidade da região, preservando a essência rural, enquanto absorvia, em menor escala, as transformações que começavam

a moldar o Portugal da Era Moderna, que teve início em 1453 com a conquista de Constantinopla pelos otomanos.

Sobre a pergunta, sempre difícil de responder, quanto ao impacto do período das Descobertas Portuguesas numa pequena povoação do interior, como S. Miguel de Acha, diríamos que esta trouxe profundas transformações económicas, sociais e culturais ao reino, mas o seu efeito em aldeias do interior distantes, como S. Miguel, dos grandes centros de decisão, este teria sido ténue. Contudo o movimento expansionista acabou por exercer influência económica em vários aspetos da vida rural.

A expansão marítima ganhou impulso no reinado de D. João II (1455-1495), especialmente ao longo da costa africana, onde se verificou um significativo incremento comercial com a instalação de feitorias. As feitorias, geralmente fortificadas e estrategicamente localizadas em zonas costeiras, funcionavam como entrepostos comerciais destinados a centralizar os produtos locais e assegurar o domínio sobre o comércio com os chefes locais, facilitando o seu envio para o reino, essencialmente de ouro e escravos. O tratado de Tordesilhas (1494) assinado entre Portugal e Espanha, teve grande influência nas Descobertas portuguesas de 1498, Índia, e 1500, Brasil. Devido ao comércio, através das feitorias da Costa Africana, Brasil e Índia, novos produtos começaram a chegar ao interior, como especiarias, ouro, açúcar e tecidos exóticos, transformando gradualmente uma economia baseada na agricultura de subsistência e na pecuária.

Os novos produtos, inicialmente disponíveis apenas para as elites, foram, ao longo do tempo, integrando o quotidiano de algumas camadas sociais mais abastadas, como os fidalgos e clérigos locais. Por outro lado, o aumento da exploração de recursos agrícolas e minerais no interior, para abastecer as necessidades do comércio marítimo, pode ter intensificado a pressão sobre as comunidades locais. A produção de cereais, azeite e vinho ganhou relevância nalgumas regiões, sendo direcionada para o mercado interno ou para abastecer expedições.

Por outro lado, este ambiente, trouxe alterações demográficas. Muitos homens jovens das aldeias rurais foram atraídos pelas promessas de riqueza e aventura oferecidas pelas viagens marítimas. As

repercussões culturais em muitas aldeias do interior, influenciadas pelo fluxo cultural gerado pelas Descobertas, foram trazidas por missionários, clérigos e administradores que, ao regressarem das colónias, trouxeram histórias, costumes e, em alguns casos, objetos exóticos que fascinavam a população local.

Apesar dessas mudanças, aldeias do interior, como S. Miguel de Acha, permaneceram essencialmente ligadas ao seu modo de vida tradicional com as dificuldades inerentes à sua interioridade, como podemos ler nas Comendas de 1505. A autossuficiência agrícola e o isolamento geográfico continuaram a moldar a cultura e a organização social, garantindo a preservação de muitas tradições locais. Assim, a influência das Descobertas não teve grande repercussão no tecido social e cultural do interior, mantendo-se práticas e valores que caracterizavam essas comunidades. Contudo, pelo facto de ser concedido, em 1498, a Afonso Gonçalves, morador em S. Miguel de Acha, o privilégio de estalajadeiro, *Gil Fernandes a fez. El-rei o mandou pelo doutor Gonçalo de Azevedo e D. Henrique Coutinho, do seu conselho e ambos desembargadores do Paço, (10)*, sugere que a aldeia já estava num ponto de passagem importante, possivelmente ligado a rotas comerciais e/ou de peregrinação, o que reforça o papel económico da localidade.

Crise Dinástica 1580-1640

Aborda-se ao de leve este facto histórico, pois desconhece-se o seu impacto numa pequena aldeia como S. Miguel d'Acha bastante afastada de Lisboa. A crise dinástica resultou da morte de D. Sebastião (1557-1578), apelidado de 'o Desejado' e 'o Encoberto', em Alcácer Quibir, e da fina flor da nobreza portuguesa jovem. O reino sentiu-se órfão, criando o mito do Sebastianismo. Traze-mos a definição de Fernando Pessoa sobre o mesmo, "O sebastianismo, fundamentalmente, o que é? É um movimento religioso, feito em volta dum figura nacional, no sentido dum mito. No sentido simbólico D. Sebastião é Portugal: Portugal que perdeu a sua grandeza com D. Sebastião, e que só voltará a tê-la com o regresso dele, regresso simbólico - como, por um mistério espantoso e divino, a própria vida dele fora simbólica - mas em que não é absurdo confiar". Crê-se que voltaria numa manhã de nevoeiro, "A manhã de névoa

indica, evidentemente, um renascimento anuviado por elementos de decadência, por restos da Noite onde viveu a nacionalidade.”⁽¹¹⁾

A sucessão ao trono acaba por vir de Filipe II de Espanha e I de Portugal (1527-1598), neto de D. Manuel I (1495-1521), filho da Infanta Isabel, casada com Carlos V (1519-1558), imperador do Sacro Império Romano-Germânico. Este, nas Cortes de Tomar (1581), perante os três estados – nobreza, clero e povo –, *fará juramento de manter todos os direitos, usos, costumes, privilégios e liberdades concedidas ao reino de Portugal. Que todos os cargos de governo, superiores e inferiores sejam para portugueses e não para estrangeiro.*

Muitas áreas rurais, como em S. Miguel de Acha, dependiam da lealdade de autoridades locais. É possível que famílias nobres ou influentes tenham assumido papéis administrativos preponderantes, enquanto mantinham ligação à coroa espanhola. As populações locais podem ter sido recrutadas para construir ou reforçar fortificações, além de contribuir com mantimentos. S. Miguel, apesar da ocupação espanhola, continuou em bom ritmo de crescimento, o que traduz a sua adaptação ao novo sistema político do reino.

A passagem do século XVI para a intensidade dos séculos XVII e XVIII

Quando forem abordados, na próxima investigação, os séculos XVII-XVIII, sobre S. Miguel de Acha, que apresenta grande desenvolvimento e um crescimento intensivo em todos os domínios, arquitetónico, cultural, religioso, social e económico, é essencial destacarmos o trabalho estruturante realizado no século XVI, que preparou o terreno para o florescimento posterior. Este período foi marcado por um conjunto de fatores que contribuíram para a transformação gradual da localidade num espaço mais robusto e atrativo, tanto em termos económicos como sociais.

No século XVI, S. Miguel de Acha começou a afirmar-se como uma comunidade em consolidação, alicerçada por três pilares fundamentais: organização administrativa, desenvolvimento económico e fortalecimento das estruturas religiosas. A dinâmica administrativa deve ser entendida no contexto das reformas promovidas em todo o rei-

no, que visavam uma maior eficiência fiscal e judicial, beneficiando pequenas localidades como S. Miguel de Acha. A proximidade relativa com polos estratégicos, como Idanha-a-Nova, e o apoio de instituições como a Igreja garantiram de igual modo a manutenção de uma estabilidade necessária para o seu desenvolvimento.

Economicamente, as atividades agrícolas e de extração de recursos minerais ganharam relevância, exemplo das minas de chumbo que abordaremos mais tarde. A reorganização de práticas agrícolas e a crescente valorização de produtos hortícolas, de cereais, azeite e vinho, que aliado ao potencial das minas locais consolidou a base produtiva. Esta era uma região que começava a atrair a atenção de pessoas em busca de melhores condições de vida, exemplo da vinda de muita gente para trabalhar nas minas, o que se traduziu no aumento da população, e na diversificação das competências locais.

A partir da segunda metade do século XVI, através das Visitações e Comendas, no campo religioso, verifica-se o cuidado na averiguação do estado das construções religiosas afetas a S. Miguel de Acha e a indicação com prazo para a reparação do que se encontrava degradado, reflexo do esforço em estruturar a comunidade em torno de uma identidade espiritual comum. Estas iniciativas não só fortaleceram o sentido de pertença, como influenciaram diretamente a organização do espaço urbano. Assim, é possível argumentar que o século XVI foi um período de fundações bem-sucedidas, no qual se plantaram as sementes que floresceram no século XVII. A conjugação de uma administração eficiente, de um potencial económico crescente e de um fortalecimento da coesão comunitária, explica as condições favoráveis de S. Miguel de Acha para o crescimento exponencial que se verificou mais tarde. Este percurso, cuidadosamente traçado, demonstra que o progresso raramente é obra do acaso, mas sim o resultado de um esforço contínuo e bem orientado.

Manuel Ruivo, dezembro 2024

NOTAS

- (1) ANTT, *Gaveta XIX, Maço 5, n.º 49.*
- (2) ANTT, *Gavetas, Gav. 19, mç. 5, n.º 49.*
- (3) *Vara era uma unidade de medida de comprimento antiga, foi utilizada no império Romano e em vários países até à introdução do sistema métrico. Chamada Pertica, valia 10 pés de comprimento, equivalente a 2,96 metros aproximadamente.*
- (4) ANTT, *Memórias paroquiais, vol. 13, n.º 1, p. 1. // ANNT, Cod, Ref.º: PT/TT/OCCT/B/003/0268. Cota atual: Ordem de Cristo e Convento de Tomar, liv. 268. // e também em: http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=11682.*
- (5) *Bn, COD. 413 -Título das comendas dos Mestrados das ordens de Cristo e d'auis que ha neste b[is]pado da guarda com aualiaçam das Remdas de cada hu[m]a delas dos Annos de 1563 e de 1564.*
- (6) *Historicamente, o Antigo Regime abrange o período compreendido entre o século XV – das viagens de expansão marítima - e finais do século XVIII – às revoluções liberais.*
- (7) *O arrendamento enfiteútico deriva diretamente do arrendamento por prazo longo ou perpétuo de terras públicas a particulares, mediante a obrigação, por parte do adquirente (enfiteuta), de manter em bom estado o imóvel e efetuar o pagamento de uma pensão ou foro anual ao senhorio direto (proprietário).*
- (8) *O juízo ordinário consistia numa magistratura de primeira instância, com origem medieval. O juiz ordinário, o juiz da terra ou simplesmente o juiz, era eleito localmente, pelos eleitores da sua área de jurisdição. Administrava a justiça de acordo com o direito costumeiro e incumbia-lhe a aplicação da Justiça na área jurisdicional da sua competência nas comarcas em que obrigatoriamente teria de residir.*
- (9) *Fundada pelo Rei D. Dinis, a Ordem de Cristo viria a demonstrar uma relação de lealdade para com a Coroa em todo o seu processo evolutivo, exemplificando a forma ideal de relacionamento que o monarca pretendia ter com todas as instituições monástico militares presentes no território nacional. O cargo de mestre da Ordem de Cristo passara após 1417 a ser exercido por membros da Casa Real. Com D. Manuel I, ficou dependente da Coroa a partir de 1484.*
- (10) ANTT, *código de referência: PT/TT/CHR/K/28/52-237V, Cota: Chancelaria de D. Manuel I, liv. 28, f. 52v.*
- (11) *Sobre Portugal - Introdução ao Problema Nacional. Fernando Pessoa (Recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão. Introdução organizada por Joel Serrão.) Lisboa: Ática, 1979. - 68, sd.*

Bibliografia

- Barroca, Mário. (2001).** Os castelos dos templários em Portugal e a organização da defesa do reino no séc. XII. In *Revistes Catalanes amb Accés Obert*. pp. 213-227. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/39121717.pdf>
- Catarino, H. (1998).** A Ocupação Islâmica. In (Dir.) João Medina, *História de Portugal*. (Vol. III). Lisboa. Ediclube.
- Costa, Patrícia. (2002).** Igreja Paroquial de São Miguel de Acha / Igreja de São Miguel. IPA.00011682, Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=11682
- Costa, Paula. (2010).** Comendas das Ordens Militares na Idade Média. In *As comendas: enquadramentos e aspectos metodológicos*, FLUP, CEPES, pp.8-23. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/14994/2/ComendasEnquadramentos000076272.pdf>
- Costa, Paula. (2012).** As Visitações: as Ordens Militares Portuguesas entre Poderes?. In Isabel Cristina Ferreira Fernandes (Coord.). *As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros*. Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares, Vol. 1. GEsOS / Município de Palmela. Palmela, pp. 407-428. Disponível em: https://www.academia.edu/25530114/AS_VISITA%C3%87%C3%95ES_AS_ORDENS_MILITARES_PORTUGUESAS_ENTRE_PODERES.
- Crespo, Firmino. (1985).** A vila de Idanha-a-Nova - Monografia Descritiva e Histórica. Lisboa. Oficina Gráfica, Lda.
- Hespanha, António, (2000).** Os bens eclesiásticos na Época Moderna. Benefícios, padroados e comendas. In Tengarrinha, José (Org.) *História de Portugal*, pp. 89-106. SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões. São Paulo. Disponível em: https://www.academia.edu/41481266/Hist%C3%B3ria_de_Portugal_TENGARRINHA.
- Hormigo, José. (1980).** Comendas de Proença-a-Velha e S. Miguel de Acha, 1505. BPN: cota H.G. 43924 V.
- Landeiro, José (1940).** Diocese da Guarda com sede em Idanha-a-Velha (Egitânia), Penamacôr e Guarda, O arcebispado de Penamacôr, Minerva, Vila Nova de Famalicão.
- Nota:** As referências documentais referidas em nota de rodapé 1, 2, 4 e 5 constam no documento do projeto: “Ordo Christi, Nota Artística e Nota Histórica” (2020), s.a., Igreja de S. Miguel de Acha.